

Estudos no campo da Alfabetização vêm-se expandindo em várias direções no Brasil, especialmente do início do século XX em diante. Ao final desse século, o termo letramento se materializa de modo forte no cenário educacional brasileiro ora associando-se, ora contrapondo-se ao conceito de alfabetização. Os dois conceitos têm permeado práticas de pesquisa e práticas de ensino da leitura e da escrita no período escolar e convivem, muitas vezes em movimento tenso. A polêmica se acirra quando se questiona a necessidade da noção de letramento e também quando se procura definir as especificidades e a abrangência de cada um dos termos e suas interrelações.

A discussão sobre modos de ensinar, interposta nessa polêmica, se concretiza historicamente pela pergunta: *Como alfabetizar?*. Pergunta desfraldada ao final do século XIX, que avança ao longo do século XX, e continua acesa, acompanhando a polêmica alfabetização/letramento de várias maneiras. Em função disso, posições variadas e até extremadas têm tensionado o cenário político-pedagógico do ensino inicial da leitura e da escrita, colocando em confronto o método fônico, perspectivas construtivista e sociointeracionista, entre outras, indicando pontos de partida e bases teórico-metodológicas diferenciadas, condicionadas por vieses políticos. Muitas vezes as propostas e os debates contradizem um conjunto importante de conhecimentos discutidos e divulgados desde a década de 1980, no Brasil, quando se consumou o movimento de abertura política, depois de 30 anos de governos militares, com a eleição direta para governadores.

Nesse período, acumulam-se resultados importantes sobre o estado do conhecimento da área em diversas dimensões: pesquisas históricas sobre a alfabetização, estudos sobre políticas públicas voltadas para a leitura e a

escrita e sobre práticas de ensino-aprendizagem da linguagem escrita, em seus eixos mais característicos – oralidade, leitura e produção escrita –, que carregam empenhos de vários tipos. Outras perspectivas de análise do tema permanecem como focos de interesse, associando-se a outros segmentos de ensino e áreas de conhecimento: alfabetização e trabalho com a literatura, a educação infantil e o processo de alfabetização, alfabetização na educação de jovens e adultos, sistemas de avaliação e processo de alfabetização, a formação de professores alfabetizadores, letramento científico e matemático, entre outras. Além disso, o trabalho na escola com novas mídias promove estudos sobre letramento digital, leituras de imagens, entre outros.

A formação de professores alfabetizadores se constitui em questão relevante: como se ensina a ensinar a ler e escrever e como se aprende a ensinar? Como diminuir o fosso entre o que se produz na universidade e o que se produz na escola? Como fugir de um modelo de formação do professor que se constitui na esteira da utilização da noção de competência e eficácia que caracteriza o mundo da indústria e das empresas? A formação inicial do professor e a formação do professor iniciante não podem estar submetidas à globalização de caráter econômico, mas a um projeto de sociedade democrática.

A produção de materiais didáticos (livros, apostilas, jogos e outros), outra dimensão do tema Alfabetização, se interliga a programas oficiais desenvolvidos pelo MEC e secretarias de Educação, e a empresas privadas, editoras e outras instâncias, que se vêm especializando em elaborar os chamados materiais estruturados, vendidos a escolas e secretarias de Educação para serem utilizados por professores e alunos. Esses materiais, de um modo geral, operam com uma visão restrita do processo de alfabetização, em que a relação fonema-grafema ocupa o lugar privilegiado.

Tomar o processo de alfabetização como objeto de reflexão requer lidar com um complexo e abrangente universo de conhecimentos, colocando-o na berlinda sob a perspectiva de diferentes áreas, conteúdos de variadas origens. No período escolar da alfabetização, defrontamo-nos com particularidades que singularizam este processo em relação aos demais, já que se aprende a linguagem escrita, conhecimento fundamental para o acesso a outros conhecimentos na escola. Aprende-se e ensina-se a ler e a escrever para ampliar a inserção social e o acesso ao mundo letrado. Implicado nesse acesso há algo que se relaciona ao que se escreve e se lê, socialmente e na escola, e aos modos como se escreve e se lê socialmente e na escola também.

Na origem das atividades de leitura e de escrita estão sistemas de conhecimentos que não são escritos e lidos de uma mesma forma. Queremos dizer que a linguagem escrita não se constitui em veículo ou instrumento para representar tais sistemas de conhecimentos; ela mesma se institui e sistematiza como um tipo de conhecimento, inerentemente constituído de outros conhecimentos. Este é um aspecto relevante para a discussão sobre a pesquisa e a prática pedagógica e tem-se mostrado crucial, ainda que nem sempre fique claro no debate. Pode-se levantar o argumento de que qualquer conhecimento é inerentemente constituído de outros conhecimentos. A questão que se estabelece, entretanto, diz respeito a uma forma de apresentação e representação do conhecimento, culturalmente constituída, que detém um valor altamente expressivo em sociedades letradas como a nossa. O processo de alfabetização envolve conhecimento fundamental para o processo de escolarização, reforçando o valor social da leitura e da escrita, pela abertura para a inserção dos sujeitos no vasto mundo da escrita, envolvendo novos modos de existência e participação política.

Questões relacionadas aos processos iniciais de aprendizagem da língua escrita em espaços educativos mobilizam a preocupação e o estudo de professores há muito tempo. Não arrefece o incômodo com os índices de analfabetismo absoluto no Brasil, com a quantidade de pessoas consideradas alfabetizadas pela escola, mas insuficientemente preparadas para ler e escrever socialmente, e com resultados de testes nacionais e internacionais que, em geral, evidenciam condições precárias de leitura e escrita, em diferentes segmentos de ensino.

No período de 30 anos destacado anteriormente, a organização de uma teoria de ensino-aprendizagem da língua escrita está no horizonte de pesquisadores que reconhecem a complexidade como marca principal do processo. Ao lado da ampliação de estudos sobre o processo de aprender a ler e a escrever, envolvendo muitos aspectos e configurando mesmo novas áreas de estudo, a distribuição do bem cultural que a escrita representa continua desproporcional entre as classes sociais no Brasil, país de enormes desigualdades ainda.

Politicamente, continuamos a entender que mudanças educacionais para se efetivarem não podem estar descoladas de mudanças sociais. Elas se complementam, para garantir o sentido humano de participar de modo íntegro da sociedade. A cidadania não é uma peça da engrenagem social, é o óleo dessa engrenagem a lhe conferir caráter democrático. Eticamente,

então, a garantia da universalização da alfabetização relacionada à leitura ampla do mundo precisa estar ligada à garantia de boas condições básicas de saúde, saneamento e habitação, além de respeito a diferentes expressões culturais. A existência dessas condições é o fundamento para que os sujeitos se sintam respeitados e se abram para outras possibilidades culturais de compreender o mundo.

Este número dos *Cadernos Cedes* está organizado em sete artigos que apresentam o tema a partir de uma diversidade de ângulos, explorando dimensões políticas, pedagógicas e práticas, que desejamos que contribuam para aprofundar conhecimento na área, para o debate e para a superação das difíceis condições de acesso e uso da escrita pelo conjunto da população brasileira. A reunião de autores se deu não em função de um consenso de perspectivas teórico-metodológicas, mas em função de serem pesquisadores da área que se vêm destacando no panorama brasileiro e internacional por suas publicações e ações no plano da pesquisa, da formação de professores e no plano de ações junto a governos.

Na seção Caleidoscópio, apresentamos a resenha do livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*, ganhador do 1º Lugar no 54º Prêmio Jabuti, na categoria Educação, em 2012.

CECÍLIA M. A. GOULART
(Organizadora)